Revista Filosófica de Coimbra

vol.12 | n.º23 | 2003

Miguel Baptista Pereira
Amândio Coxito
Edmundo Balsemão Pires
Alexandre Franco de Sá
João Carlos Correia

<http://www.ci.uc.pt/lif/main5.htm>

SOBRE UM PROJECTO NO ÂMBITO DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA EM PORTUGAL

MÁRIO SANTIAGO DE CARVALHO

Doravante no endereço Web em epígrafe, encontrará o Leitor aquela que é a primeira publicação em-linha da Unidade de Investigação & Desenvolvimento LIF, «Linguagem, Interpretação e Filosofia», adstrita ao Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trata-se, na oportunidade, do início da publicação (Ministerio adjuuante!) dos importantes e inexplicavelmente ignorados *Comentários do Colégio Conimbricense da Sociedade de Jesus*, habitualmente designados, embora numa forma abreviada a evitar, por «Curso Conimbricense»¹. Neste momento (Fevereiro de 2003) encontra-se disponível à curiosidade e ao estudo científicos do navegador da Internet o primeiro livro do Comentário ao *De Anima* de Aristóteles, «*Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, In tres libros de Anima, Aristotelis Stagiritae*». Editio Prima, Conimbricae 1598, in linea edidit M. S. de Carvalho». O projecto visa, naturalmente, concluir este título (como é sabido, ele contempla três livros²) e, em condições ideais, contemplará todos os seguintes volumes (no que será a forma integral do Curso, originalmente publicado em Coimbra e Lisboa, entre 1592 e 1606). Eis o plano editorial na íntegra:

¹ Vd. o que escrevemos noutra lugar, na sequência aliás de prudente nota de M. G. da Costa, sobre essa designação comum nas várias Histórias da Filosofia: «The Concept of Time According to The Coimbra Commentaries», in *The Medieval Concept of Time. Studies on the Scholastic Debate and Its Reception in Early Modern Philosophy*, ed. by PORRO, P., Leiden Boston Köln (Studien und Texte zur Geistesgeschichte des Mittelalters 75), 2001, 353 nota 1.

² Vd. o nosso mais recente, «Filosofar na época de Palestrina. Uma introdução à psicologia filosófica dos 'Comentários a Aristóteles' do Colégio das Artes de Coimbra» *Revista Filosófica de Coimbra* 11 (2002) 389-419.

- *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Jesu in octo libros Physicorum Aristotelis Stagyrtae* (Coimbra, A. Mariz, 1592; Lyon, 1594; repr. Hildesheim: Olms, 1984);
- *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Jesu in quattuor libros De Coelo Aristotelis Stagyrtae* (Lisboa: S. Lopes, 1593);
- *Commentarii Collegii Conimbricensis S. I. in libris Metereorum Aristotelis Stagyrtae* (Lisboa: S. Lopes, 1593);
- *Commentarii Collegii Conimbricensis S. I. in libros Aristotelis qui Parva Naturalia appellantur* (Lisboa: S. Lopes, 1593);
- *In libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum aliquot Conimbricensis Cursus disputationes, in quibus praecipua quaedam Ethicae disciplinae capita continentur* (Lisboa: S. Lopes, 1593; Lisboa: Instituto de Alta Cultura 1957);
- *Commentarii Collegii Conimbricensis S. I. in duos libros de generatione et corruptione Aristotelis Stagyrtae* (Coimbra: A. Mariz, 1597);
- *Commentarii Collegii Conimbricensis S. I. in tres libros De anima Aristotelis Stagyrtae* (Coimbra: A. Mariz, 1598);
- *Commentarii Collegii Conimbricensis S. I. in universam Dialecticam Aristotelis* (Coimbra: D. G. Loureiro, 1606; repr. Hildesheim: Olms, 1976, 1984).

Conforme explicámos na «Introdução» da edição, os principais critérios de edição (em Programa Adobe Acrobat, PDF) são os seguintes: transcrição integral das edições de Coimbra e de Lisboa; desdobramento dos nomes dos autores e dos títulos (e só destes), aparecendo estes últimos em itálico; transcrição sem desdobramento das notas marginais; por razões estritamente editoriais (porque as páginas das secções da chamada 'explanatio' têm uma cerca no original e na nossa edição são reproduzidas em fundo de página) uso do negrito para as notas marginais.

*

Embora talvez não fosse preciso, aproveitamos esta ocasião para recordar do que se trata e da importância desta empresa que coloca o Instituto de Estudos Filosóficos e a sua Unidade de Investigação, pela primeira vez, nos circuitos de publicação electrónica (ficamos a desejar, evidentemente, que as publicações em-linha se ampliem a outros títulos e se abram a diferentes perfis, como traduções, sumários, lições ou comunicações, etc., continuando assim o Instituto a cumprir a sua cinquentenária e sempre tempestiva missão, agora num registo ainda mais actualizado).

Graças à extensão institucional, colegial ou geopolítica dos Jesuítas, e decerto também em razão do valor intrínseco do seu labor filosófico-pegagógico, depressa aqueles textos impressos tiveram repercussão internacional. Já se contaram para cima de uma centena de edições dos Comentários, a maior parte delas no estrangeiro³.

³ ANDRADE, A. A. de, «Introdução» in *Curso Conimbricense I. Pe. Manuel de Góis: Moral a Nicómaco, de Aristóteles*, Lisboa 1957, XIV-XVII.

Sendo certo que os «comentários» são importantes pelo testemunho que dão das tendências da filosofia em Portugal nos séculos XVI e XVII ⁴ eles adquiriram um alcance universal indiscutível, contribuindo dessa maneira também para formar o racionalismo moderno. A sua influência é descortinável quer na Europa (toda a gente sabe que Descartes estudou filosofia pelo Curso do Colégio das Artes de Coimbra em La Flèche), independentemente mesmo das confissões religiosas (em se tratando de uma obra católica diversos círculos da Reforma, mormente alemães, tê-lo-ão acolhido), quer na América Latina e no Oriente ⁵.

Embora publicados sem estamparem o nome do autor, a quase totalidade dos volumes é da autoria de Manuel de Góis. Exceptuam-se os apêndices sobre *A Alma Separada*, composto por Baltasar Álvares, o respeitante aos *Problemas sobre os cinco Sentidos*, da responsabilidade de Cosme de Magalhães (ambos apêndices do *De Anima*), e o quinto e último volume a sair do prelo, dedicado à lógica, da autoria de Sebastião do Couto.

Certamente que a lista supra nada diz ao leitor de hoje. No entanto, será avisado lembrar que, nos nossos dias, uma empresa académica semelhante seria considerada exemplar. Inevjável mesmo. De facto, três dos principais critérios que presidem a uma avaliação do rigor científico universitário – i.e., trabalho sistemático em equipa de investigação, publicação de âmbito europeu (a língua académica era o latim) e reconhecimento internacional pelos pares – foram cumulativamente partilhados pelo Curso Jesuíta de Coimbra. Acresce ainda que se trata de trabalhos impressos, uma faceta tipicamente humanista e moderna ⁶, e de uma publicação de manuais escolares de filosofia, uma prática também moderna, apesar de diversificada, devidamente acolhida pelo plano dos estudos para os colégios jesuítas (*Ratio Studiorum* 1585; versão final de 1599) ⁷.

Quicá dizer isto ainda seja insuficiente. Podemos perguntar porquê comentar Aristóteles nos séculos XVI e XVII quando – dir-se-ia – a filosofia já devia trilhar outros horizontes (Descartes nasce precisamente em 1596). O conhecimento de Aristóteles no Ocidente Latino até então deu-se em três vagas distintas ⁸. A primeira pode ser aqui referida pela acção capital de Boécio (séc. V-VI), que traduziu

⁴ John Doyle publicou há pouco uma parte do Comentário do Colégio das Artes de Coimbra à Lógica (60 pgs.), *The Conimbricenses. Some Questions On Signs*, Milwaukee 2001. De acordo com este autor, uma importância do tratado estaria v.g., na sua semelhança com um mais vulgarizado *Tractatus de Signis* obra de João de São Tomás (1589-1644) que estudou Filosofia, vale a pena notar, em Coimbra. Também no Prefácio a esta tradução, J. Deely considera (p. 12): «This work marks a major contribution both in semiotics and in the general history of philosophy.»

⁵ Cf. CARVALHO, M. S. de, «The Concept of Time...» 354, nota 3.

⁶ GLENDER, P. F., «Printing and censorship» in *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*, ed. by SCHMITT, C. B. et al., Cambridge 1988, 25-53; SARAIVA, A. J., *História da Cultura em Portugal. Vol. 1: Renascimento e Contra-Reforma*, Lisboa 2000, 117 sg.; FONSECA, F. T. da, «A Imprensa da Universidade no Período de 1537 a 1772» in ID. et al., *Imprensa da universidade. Uma História dentro da História*, Coimbra 2001, 7-13.

⁷ SCHMITT, C. B., «The rise of the philosophical textbook» in *The Cambridge History of Renaissance Philosophy...* 792-804.

⁸ Cf. CARVALHO, M. S. DE, «A Idade Média filosófica terá sido aristotélica?», *Humanitas* 50 (1998) 489-508.

para latim e comentou sobretudo alguma das obras que pertencem à analítica ou lógica (o denominado *Organon*). A segunda vaga aconteceu durante os fins do século XII e os princípios do século XIII e permitiu, finalmente, o conhecimento da maior parte das obras do Estagirita, além de ter sido responsável pela terceira fase (as obras eram então traduzidas de forma variegada, quer directamente do grego quer mediante outros idiomas, mormente o arábico). Por fim, a última vaga, que decorre durante 1400 e 1600, período em que surgem os Comentários dos Jesuítas de Coimbra. De acordo com Charles B. Schmitt o que distingue esta das duas anteriores vagas é a sua amplitude, consciência de si e analiticidade, trabalho de «tradução e retradução das obras uma a uma, muitas vezes também de revisão de traduções antigas, que suscitou uma gama notável de novas versões latinas de Aristóteles que ultrapassou largamente tudo o que até então se havia produzido.»⁹ É justamente esta a marca que se encontrará nos nossos Comentários.

Na verdade, e diferentemente do que aconteceu, v.g. com Platão, não se podia dizer que a obra de Aristóteles fosse desconhecida dos Homens que nascem no princípio de Quatrocentos. O que os distingue dos seus predecessores peripatéticos é o interesse pela aproximação filológica aos textos (questões de autenticidade, de apuramento conceptual, de retradução portanto, além, é claro, do apreço pelos tratados de *Retórica* e de *Poética*). No entanto, só no decénio de 30 do século XVI é que começam a diminuir as edições dos comentários alegadamente «bárbaros» (em 1472 ainda se publicava o velho texto latino com os respectivos comentários de Averróis), ao mesmo tempo que cresce o número daqueles que têm acesso ao original grego (convém lembrar que nalgumas edições estrangeiras do Curso dos Jesuítas de Coimbra publica-se a versão grega do Estagirita)¹⁰. Seja como for, num aspecto importante, a leitura de Aristóteles difere da realizada nos séculos anteriores, sobretudo também nas Faculdades das Artes¹¹: agora dispunha-se de um invejável manancial de obras antigas ou clássicas, além, é claro, de se poder fazer a leitura da tradição peripatética à luz imediata e acessível dos mais recentes textos editados dos autores de Duzentos em diante. No caso dos «clássicos» temos, entre outros (e por ordem alfabética), os nomes de Alexandre de Afrodísia, cujo texto grego aparece em 1513-16 e suscita o conhecimento de inéditos; de Apuleio, muito conhecido antes, mas cuja edição das *Metamorfoses* por Giovanni Andrea de Bussi fez suscitar novo impacto; de Cícero, que dava a pauta para um latim renovado; de Diógenes Laércio, cuja doxografia com dezassete edições num espaço de vinte e oito anos era um modelo de classificação dos filósofos do passado, além de inúmeras informações, designadamente sobre a filosofia natural epicurista; de Estobeu, autor importante no restabelecimento da tradição doxográfica; de Galeno, cuja edição Aldina de 1525 revela pela primeira vez um autor não só interessado em questões médicas mas também filosóficas, em problemas de anatomia e de

⁹ SCHMITT, Ch. B., *Aristote et la Renaissance*, trad., Paris 1992, 78.

¹⁰ GRAFTON, A., «The availability of ancient works» in *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*... 778.

¹¹ Cf. LEFF, G. & NORTH, J., «A Faculdade de Artes» in RÜEGG, W. (coord.), *Uma História da Universidade na Europa. Vol. I. As Universidades na Idade Média*, trad., Lisboa 1996, 307-360.

crítica textual; de Hermes Trimegisto, um mítico egípcio a quem se atribuía um *corpus* neoplatónico, gnóstico e judaico cujo hermetismo tanto entusiasmou autores como Ficino; Hipócrates, uma espécie de anti-Galeno para os renascentistas cuja edição dos textos gregos data de 1526; de Isidoro de Sevilha, que continuou a ser uma fonte de informação enciclopédica após a edição de 1470; do cristão alexandrino João Filópono, sobretudo pelas suas exposições sobre Platão e Aristóteles; de Jâmblico, outros neoplatónico cujos *Mistérios* vêem uma edição de grande popularidade em 1497; de Lucrecio, que conhece as primeiras edições do seu poema naturalista a partir de 1473; de Macróbio, cujo comentário ao *Sonho de Cipião* de Cícero continuou a ajudar a transmitir elementos básicos da filosofia platónica; de Marciano Capela, cujas *Núpcias de Filologia com Mercúrio* também continuavam a transmitir o plano enciclopédico das artes liberais; de Platão, naturalmente, filósofo que a partir de 1397 passa a ser lido em grego no círculo florentino e traduzido (só uma parte do *Timeu* e o *Ménon* e *Fédon*, estes dois sem grande difusão, estavam vertidos), não obstante esta acção sofrer a influência inviesada do próprio neoplatonismo; Plínio o Velho, cujo tom enciclopédico (filosofia, ciência) da sua *História Natural* atraiu inúmeros comentários; do fundador do neoplatonismo, Plotino, que viu as suas difíceis *Enéadas* editadas em 1492; os ensaios ético-religioso-pedagógicos (*Moralia*) de Plutarco; a célebre introdução ao *Organon*, de Porfírio; Proclo, com os comentários a Platão e aos *Elementos* de Euclides; do autor de manuais astrológico-astronómicos (*Tetrabiblos* e *Almagesto*), Ptolomeu, cuja tradução, feita no século XII, será editada em 1515; dos *Versos dourados* atribuídos a Pitágoras; de Séneca, cujas obras conheceram seis edições entre 1475 e 1492; de sexto Empírico, transmissor do cepticismo antigo; do elegante comentador de Aristóteles (*Física, Categorias, Alma* e *O Céu*), Simplício; de idêntico trabalho sobre o *De Anima*, por Temístio, importante sobretudo para o conflito Tomás/Averróis; e do sucessor de Aristóteles, Teofrasto.

Deixemos igualmente algumas notas sobre a génese do Curso ¹². Desde muito cedo que se levantou no Colégio da Companhia de Jesus a ideia de se redigir um curso a fim de evitar que os alunos perdessem tempo a copiar as lições. A Pedro da Fonseca, então o nome português mais destacado entre os docentes, foi entregue essa tarefa em 1561, para o que contaria com a assistência dos padres Marcos Jorge, Cipriano Soares e Pedro Gomes, todos eles docentes no Colégio das Artes. Desligado do magistério de filosofia (1555-1561) desse Colégio, cuidou logo Pedro da Fonseca de redigir um plano de trabalho e de encomendar as edições faltosas imprescindíveis para levar a bom porto tão ingente tarefa, mas múltiplos afazeres (exercia então o cargo de reitor) impediram-no de concretizá-la. Nesse interim havia entretanto dado ao prelo um minucioso compêndio de *Dialéctica* (1564) ¹³. Instado de Roma pelo atraso do projecto, em 1570 dá-lhe um novo alento, dessa feita começando o trabalho pela redacção de um *Comentário* à

¹² RODRIGUES, F., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo II, Vol. II, Porto 1939, 93-135.

¹³ PEDRO da FONSECA, *Instituições Dialécticas*, introd., estabelecimento do texto, trad. e notas de J. F. Gomes, 2 vols., Coimbra 1964.

Metafísica de Aristóteles (Pedro da Fonseca granjeará o seu nome na plêiade dos filósofos ocidentais exactamente pela redacção da *Metafísica* editada em quatro volumes, mas este seu trabalho não integrará o chamado Curso dos Jesuítas Conimbricenses. Independentemente de uma boa explicação que ainda venha a ser dada para este caso, é certo e seguro que divergências de pedagogia filosófica, a alta erudição do *Comentário* de Fonseca e o ritmo dos trabalhos explicam as duas situações). Em 1572 Pedro da Fonseca é chamado a Roma como vogal da Congregação que deveria eleger um novo Geral e nessa mesma assembleia é escolhido para Assistente ficando por isso retido em Roma acompanhando o novo Padre Geral. Mesmo assim ainda teve tempo de concluir o primeiro tomo do seu *Comentário à Metafísica* que imprimiu em Roma (1597) com dedicatória a D. Sebastião. Um segundo tomo publicar-se-á na mesma cidade em 1589 e o terceiro, acabado em 1597, dedicado ao bispo conde D. Afonso de Castelo Branco, será estampado postumamente em 1602. Um incompleto quarto volume sairá também poucos anos depois. Entretanto, entre 1574 e 1589, Pedro da Fonseca tomará consciência crescente da impossibilidade de compatibilizar a redacção de todo o Curso com a composição do *Comentário à Metafísica*. É isso mesmo que se verifica ao confrontarmos o prefácio à segunda edição da *Dialéctica* (Coimbra 1575) – onde ainda insiste na resolução de acabar o projecto – com a confissão registada na edição do segundo volume da *Metafísica* em que definitivamente abandona o desejado intento.

Entretanto já Manuel de Góis (que ensinava filosofia no Colégio de Coimbra entre 1574 e 1582) compunha pelo seu lado um Curso. Com efeito, enquanto se afastava, não sem cuidado político, a intenção do teólogo castelhano Luis de Molina (cuja leccionação em Coimbra se estendera de 1563 a 1567) de ver as suas próprias lições publicadas como Curso, Manuel de Góis pode ter iniciado a tarefa que Fonseca não podia levar a cabo, em 1582 ou 1583. O trabalho não deve ter sido muito complicado porque, a falar verdade, tratava-se não de redigir um Curso original mas sobretudo de compilar e de organizar o conjunto das lições dos vários professores das Artes que o Colégio (ou os Colégios, mormente de Évora, Lisboa e Braga) haviam conhecido. Sabido é que Luis de Molina, na azáfama de ver a sua redacção admitida e quiçá nalguma sanha em relação quer a Fonseca quer aos professores lusitanos, queixar-se-á de ser vítima de plágio com visível deficiência no resultado final, i.e., nas suas próprias palavras, tirando-lhe das glosas manuscritas, cortando umas coisas e intercalando outras, alterando a ordem das matérias de forma menos coerente¹⁴. Manuel de Góis trabalhou célere. O que Fonseca não lograra concretizar em virtude de uma exigência e rigor iniludíveis, Góis em apenas dois ou três anos concluiu os oito livros da *Física*, os quatro do *Céu* e em Outubro de 1585 trabalhava no tratado de *A Geração*. O seu desejo de ver publicados os volumes à medida da sua composição não encontrou eco no Geral Aquaviva, pelo que o primeiro volume, começado a imprimir talvez em Abril de 1591, só sai dos prelos de madeira da oficina de António de Mariz em 28 de

¹⁴ Cf. RODRIGUES, F., *História...* 115.

Março de 1592. Desde 15 de Janeiro que esse volume, ainda incompleto, se começava a explicar nas aulas do Colégio das Artes e logo depois em Évora, Porto e Braga¹⁵.

Para que o Curso ficasse completo faltavam os comentários ao *Organon* e à *Metafísica*. Ao que parece, ainda em 1592, Pedro da Fonseca chegou a principiar um compêndio da sua *Metafísica* para o adicionar ao projecto editorial¹⁶. Seja como for, em 1606 falava-se já no nome de Sebastião do Couto para levar a cabo essa tarefa, posto que toda a Companhia reclamava a conclusão do Curso. Também Manuel de Góis havia prevenido da sua intenção de escrever um tal volume, mas a sua morte dá-se em 1597. Quis o destino que Sebastião do Couto não escrevesse esse comentário; em contrapartida um estranho acaso fê-lo redigir o comentário à Lógica. Em 1604 havia sido publicado em Frankfurt um título «in universam dialecticam Aristotelis Stagiritae» sob a designação de Comentários do Colégio Conimbricense. A reacção a esta pseudo-epígrafe deve estar na explicação de Sebastião do Couto se ter entregado à composição do volume autêntico de Coimbra que sai do prelo em 1606. A Sebastião do Couto é também encomendada a tarefa, jamais concluída, de «reformatar» ou rever todo o Curso. A opinião de que a obra de Manuel de Góis devia ser revista aparece já em 1592 e em 1606, no volume dedicado à Lógica já se corrige alguma coisa. Porém, ainda em 1612, há notícias de que Sebastião do Couto tem uma tal tarefa entre mãos e em 1619 investiva-o o censor Bento de Gouveia para que retome o trabalho. Sebastião do Couto morrerá em 1639 e, como dissemos, jamais concluiu a incumbência superior.

Estes são os principais acontecimentos enunciados aqui em toda a sua secura. O projecto filosófico-pedagógico levado a cabo principalmente na cidade do Mondego ultrapassa rapidamente as fronteiras. Este facto deve ser explicado no contexto europeu do Humanismo e das reformas em cujo berço o projecto da Companhia de Jesus se inseriu com indiscutível sucesso¹⁷.

Começemos pelo Humanismo que se expnde definitivamente em Coimbra com a última transferência da Universidade para a cidade do Mondego (1537) e com a fundação do Colégio das Artes (1548)¹⁸. Escola cosmopolita aquela, fundado este como preparatório das outras Faculdades (o Colégio das Artes acabará por absorver a Faculdade das Artes), sobressaía para o Colégio a escolha de André de Gouveia (que exercia idêntico cargo no «Collège de Guyenne» de Bordéus), por D. João III, como «principal». A nomeação nunca agradou ao tio Diogo de Gouveia e esta oposição proporcionou uma nefasta querela entre bordaleses e parisienses (estes acusavam aqueles de heterodoxia, o que teve como inevitável desfecho posterior cedência do Colégio aos Jesuítas) e a intervenção ainda mais deletéria

¹⁵ Cf. RODRIGUES, F., *História...* 116; FONSECA, F. T. da, «A Imprensa...» 26 nota 44.

¹⁶ Cf. RODRIGUES, F., *História...* 118.

¹⁷ COXITO, A. A., «A Filosofia no Colégio das Artes» in *História da Universidade em Portugal. I Volume, tomo II (1537-1771)*, Coimbra 1997, 735; ID., «A restauração da Escolástica. II: O Curso Conimbricense» in *História do Pensamento Filosófico Português*. Vol. 2, direcção de CALAFATE, P., Lisboa 2001, p. 503-543.

¹⁸ RAMALHO, A. da C., «O Humanismo (depois de 1537)» in *História da Universidade em Portugal. I Volume, tomo II (1537-1771)*, Coimbra 1997, 695.

da Inquisição. De lembrar que Diogo de Gouveia, antigo reitor da Sorborne, dirigia o Colégio de Santa Bárbara de Paris onde estacionavam bolsеiros portugueses de teologia. Na Faculdade das Artes ensinavam-se não apenas matérias de natureza filosófico-literária (Gramática, Retórica e Dialéctica) mas também a Aritmética, a Astronomia, a Música e a Geometria. Seja como for, mesmo após a saída dos professores estrangeiros, humanistas portugueses como André de Resende, Inácio de Moraes, Jerónimo Osório ou António Luís não terão deixado decair o cultivo das Humanidades gregas e latinas no Colégio, não obstante a ameaça permanente da censura inquisidora¹⁹. É seguro que após a entrega do Colégio aos Jesuítas, o que acontece em 1555, não esmorece esse cultivo, apesar dos conflitos sobretudo em torno de privilégios que depressa surgiram entre a Universidade e os Jesuítas (isto sem afastarmos a hipótese plausível de os jesuítas planearem o domínio de todo o ensino português²⁰). Ao jesuíta Manuel Álvares ficámos a dever um esmerado «best-seller», *De Institutione Grammatica libri tres* (Lisboa 1572) e é evidente que o cuidado posto na compreensão da letra e do espírito de Aristóteles que se consubstancia nos Comentários que agora estamos a republicar releva do comum ambiente humanista e renascentista. O Leitor terá a oortunidade de verificar e avaliar o cuidado com que o texto de Aristóteles é «lido» na secção que habitualmente o cerca, a chamada *explanatio*.

Importa porém situar a acção dos Jesuítas no ambiente da Reforma. A criação da Companhia, por Inácio de Loyola (m. 1556), visava revitalizar a vivência religiosa em tempo de crise e de divisão da Europa e pouco depois de se encerrar o Concílio de Trento (1563) a reforma católica rapidamente compreendeu que o pendor educativo da Companhia de Jesus podia ser uma aliada poderosíssima para enfrentar os vários projectos de Reforma protestante, mormente a cultura teológica calvinista de Heidelberg e a luterana de Wittenburg. Assim, as armas mais modernas do debate teológico conhecerão uma terceiro vértice geográfico, Roma, e a fundação do seminário romano e a sua consequente entrega aos jesuítas, por Pio IV, fez atrair de novo a juventude europeia²¹. Coimbra, uma outra Roma? – apetece perguntar. Um paralelo significativo deste apreço pela nova educação, decerto consagrado, no caso, pelo prestígio do saber do seu detentor, é o respeitante à afluência às aulas, na Universidade, dadas pelo jesuíta Francisco Suárez, a partir de 1597 (foram mais de 20 anos de docência universitária em Coimbra). A actualização da sua biblioteca lusitana, constituída para oferecer à Universidade, testemunha um acervo de cerca de 650 volumes catalogados em ‘Bíblias’, ‘Santos e Padres Latinos’, ‘Santos e Padres Gregos’, ‘Escolásticos’, ‘Juristas’, ‘Sumistas’, ‘Controversistas e Vários’, ‘Filósofos’, ‘Modernos sobre a Escritura’, ‘Vários’, ‘Livros em Vulgar’, e Autores da Companhia (divididos por seu lado em ‘Escolásticos’, ‘Expositores da Escritura’, e ‘Controversistas’)²². Aliás, ainda

¹⁹ RAMALHO, A. da C., «O Humanismo...» 700-701.

²⁰ SARAIVA, A. J., *História da Cultura...* 219.

²¹ ELLIOT, J. H., *Europa en la Época de Felipe II (1559-1598)*, trad., Barcelona 2001, 150.

²² BRANDÃO, M., *A livreria do Padre Francisco Suarez*, Coimbra 1927; rep. in ID., *Estudos Vários*. Vol. I, Coimbra 1972, 67, 55-66.

durante a docência de Suárez, Pedro de Mariz foi mandado pelo Reitor e pelo Conselho Universitário para fazer casa para a livraria e adquirir em Veneza e noutras partes livros no valor de 500.000 reis²³. A isto, evidentemente, haveria ainda que acrescer o facto de a biblioteca pública do Colégio das Artes ter um rico acervo, nomeadamente com a preocupação de dispor de duplicados para facilitar a consulta 'domiciliária'²⁴. Em qualquer caso, não deixam de ser curiosas algumas ausências entre 1603 e 1608 (isto se partirmos do princípio que a lista dos livros comprados por Suárez indica inexistências monográficas em Coimbra, o que grosso modo nos parece improvável). Citemos, respeitando a lista do jesuíta espanhol, alguns dos autores então adquiridos. Começemos então pelos latinos: Agostinho, Jerónimo, Ambrósio, Gregório, Hilário, Anselmo, Bernardo, Leão Magno, Próspero e Fulgêncio, Isidoro, Beda e Tertuliano, Inocêncio III, Tomás de Kempis, Cassiano, Ricardo de São Victor, Tauler e Boaventura. De entre os Gregos: Atanásio, Gregório de Nazianzeno, Basílio, Crisóstomo, Ireneu, Justino, Gregório de Nissa, Damasceno, Clemente de Alexandria, Eusébio, Orígenes. Eis agora alguns dos chamados escolásticos, onde abundam naturalmente os comentários às *Sentenças*: obras de São Tomás, Alberto Magno, Escoto, Ricardo, Marsílio, Gabriel, Vicente de Beauvais, Ockham e Dionísio o Cartuxo, Palácio, Liquetao, Bassolis, Holcoth, Maior, Maironis, Ledesma, Bañez, etc. Os catalogados como Filósofos em 1603 são Séneca e Aristóteles. Resulta óbvio que desta lista não se há-de depreender que as obras inexistissem em Coimbra, mas apenas que Suárez requeria algumas edições precisas no afã de um ensino reformado. De facto, significativamente, nas várias «questiones» que normalmente se seguem à divisão do texto aristotélico e à respectiva *explanatio*, o Leitor não terá dificuldade em encontrar senão todos, pelo menos quase todos (e muitos mais omissos na lista de Suárez), os autores citados. Acolhê-los, de forma mais ou menos crítica ou favorável, configura o horizonte hermenêutico do Curso do Colégio das Artes e o seu perfil filosófico e reformador católico. De «tradição e transição» já houve quem falasse a tal propósito²⁵.

O espírito de fidelidade à Igreja romana impera normalmente no Curso dos Jesuítas de Coimbra. A coisa em si nada tem de surpreendente. Também a obra do espanhol Toledo, *In tres libros Aristotelis de Anima Commentarii* (Lyon 1591) reproduz as teses do Concílio respeitantes, v.g., àquilo que, à cerca da alma racional, deve ser mantido pela fé e consentâneo com a verdadeira filosofia²⁶. Ao combaterem algumas teses de Averróis acerca da natureza do intelecto, também os autores de Coimbra citam os filósofos, os teólogos e, naturalmente, a autoridade dos Concílios, no caso os de Viena (1311-12) e de Latrão (1512-17), os quais, chamando a si a alegada opinião de Aristóteles em prol da imortalidade da alma,

²³ BRANDÃO, M., *Estudos...* 98.

²⁴ BRANDÃO, M., *Estudos...* 95.

²⁵ DINIS, A., «Tradição e Transição do Curso Conimbricense» *Revista Portuguesa de Filosofia* 47 (1991) 535-560.

²⁶ DES CHENE, D., *Life's Form. Late Aristotelian Conceptions of the Soul*, Ithaca London 2000, 45-52.

assim proclamavam: «Condenamos e reprovamos todos os que afirmam que a alma intelectiva é mortal e que é única em todos e cada um dos seres humanos, pondo assim em dúvida não só que ela é em si mesma e essencialmente verdadeira e que existe como forma do corpo humano, verdadeiro e imortal, e que se multiplica pelos corpos, que infunde, multiplicável e multiplicada singularmente por todos.»²⁷ Isto não deve, porém, iludir o leitor. Como mostrámos no XIº Congresso Internacional de Filosofia Medieval (cujas Actas se encontram no prelo), a discussão dos nossos jesuítas sobre este ponto (assaz secularmente controvertido) é feito num espírito que está longe de repetir a tradição revelando uma adequação ao novo espírito do tempo.

Atendendo a tudo (o pouco) que aqui se registou, negligenciar o estudo dos *Comentários do Colégio Conimbricense da Companhia de Jesus* por aquele último facto (que cai habitualmente sob o labéu de Contra-Reforma), ou até pelo de eventualmente não terem participado na ciência moderna (não obstante a sua aproximação à *Física* ainda não ter sido aprofundadamente estudada e de, sobretudo, estarmos longe de nos entender quanto ao significado ou ao paradigma dessa revolução²⁸), seria dar prova de ignorância. Um povo que despreza os seus maiores ou uma prática filosófica que recalque quaisquer franjas do seu passado não é digna de trilhar o presente de pé com a presunção de construir o seu dever de futuro.

A edição electrónica que agora se enuncia, e que só poderá ser concretizada — visto só ser exequível num trabalho de equipa — se houver sensível inteligência das tutelas democráticas, vai ao encontro do historiador da filosofia ocidental mais atento, cultiva e responde ao estímulo de uma história que merece ser sempre criticada, avaliada, ponderada; representa e publicita a maneira de uma instituição habitar a história da filosofia; é abertura e anúncio de diálogos críticos, de reescritas, apelo a novas vozes²⁹.

²⁷ *In III De Anima* II, q. 7, a. 2, p. 82.

²⁸ MARTINS, A. M., «Conimbricenses» in *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia I*, Lisboa 1989, 1112-1126.

²⁹ Cf. CARVALHO, M. S. DE, *O Problema da Habitação. Estudos de (História da) Filosofia*, Lisboa 2002, 9-23.